

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.797 - SP (2019/0306104-3)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE : GARBO SA**  
**ADVOGADO : GUSTAVO DE OLIVEIRA MORAIS - SP173148**  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO : JOSÉ FRANCISCO ROSSETTO - SP299040**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto contra acórdão cuja ementa é a seguinte (fls. 128-138, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. Protesto de Certidão de Dívida Ativa - Ainda que o título goze de presunção de certeza e liquidez, não há óbice para que a Fazenda Pública leve a protesto a CDA. Artigo 25 da Lei nº 12.767/2012 que veiculou norma meramente interpretativa. Ausência de inconstitucionalidade na norma - Sentença mantida. Recurso desprovido.

Os Aclaratórios foram rejeitados (fls. 170-177, e-STJ).

A parte, nas razões do Recurso Especial, sustenta a inconstitucionalidade da Lei paulista 13.918/2009, e dissídio jurisprudencial, sustentando, em suma, a nulidade da CDA como lastro da Execução Fiscal na origem por exorbitância dos juros aplicados (fls. 141-152, e-STJ).

Decisão de inadmissibilidade às fls. 189-190, e-STJ.

Agravo interposto às fls. 193-204, e-STJ.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 28.10.2019.

Em exame detido dos autos, constato que o recurso não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

No exame de admissibilidade recursal, nas instâncias de origem, a decisão possui dois fundamentos distintos: a) em relação ao mérito – tese sobre legalidade do protesto da CDA, conforme RESP repetitivo paradigma 1.686.659/SP – negou-se seguimento ao Recurso Especial com base no art. 1.030, I, do CPC/2015; e b) quanto aos demais fundamentos do apelo nobre, este foi inadmitido com fulcro no art. 1.030, V, do CPC/2015.

Deveria a parte prejudicada interpor, necessariamente, dois recursos: o Agravo do art. 1.042 do CPC (para discutir a inadmissão do recurso com base no art. 1.030, V, do CPC) e o Agravo Interno, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC

(para impugnar a decisão que negou seguimento ao Recurso Especial com amparo no art. 1.030, I, do CPC).

A parte recorrente, no entanto, deixou de interpor Agravo Interno em relação à parcela da decisão que aplicou orientação do STJ adotada em julgamento de recurso repetitivo, o que inviabiliza o conhecimento do Recurso Especial ou do Agravo do art. 1.042 do CPC:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. JUÍZO DE ADEQUAÇÃO DO ACÓRDÃO À TESE FIRMADA EM RECURSO REPETITIVO. ART. 1.030, I, "b", DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. FUNGIBILIDADE INAPLICÁVEL.

1. O provimento do recurso especial por contrariedade ao art. 535, II, do CPC pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, entre outros, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; (c) a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma; (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão. Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

2. O agravo em recurso especial não demonstra as questões supostamente ignoradas pelo colegiado, tampouco aponta a sua arguição no momento oportuno.

3. A decisão que inadmitiu o recurso especial na origem utilizou como fundamento, não apenas como obter dictum, a adequação do acórdão recorrido à tese firmada no REsp 1.361.191/RS (Tema 678).

4. Contra decisão fundada no art. 1.030, I, "b", o Código de Ritos prevê a possibilidade de interposição de agravo interno. Assim, o agravo em recurso especial não merece ser conhecido pela notória inadmissibilidade. Ademais, não se cabe falar em fungibilidade no caso, em virtude da ausência de dúvida objetiva diante da previsão expressa no código processual.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.063.505/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 29/8/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

APLICABILIDADE. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO. INADMISSÃO COM BASE NO ART. 1.030, I, B, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Revela-se manifestamente inadmissível a interposição de Agravo em Recurso Especial para impugnar decisão mediante a qual o Recurso Especial teve seguimento negado (art. 1.030, I, b, do CPC/2015) porque o acórdão recorrido estaria em consonância com o entendimento fixado em recurso repetitivo, porquanto cabível agravo interno.

III - É inviável a determinação de retorno dos autos ao tribunal de origem, para que o agravo em recurso especial interposto seja apreciado como agravo interno, porquanto na sistemática vigente deixou de existir dúvida objetiva acerca do recurso cabível. Precedentes das Turmas componentes da 1ª, 2ª e 3ª Seções desta Corte.

IV - Razões de agravo interno nas quais não impugnado especificamente o fundamento da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, c/c art. 1.021, § 1º, todos do Código de Processo Civil de 2015.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - A parte agravante não apresenta, no recurso, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

VII - Agravo Interno não conhecido. (AgInt no AREsp 1.377.768/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 14/8/2019)

Como se não fosse bastante, a parte faz uso do Recurso Especial para alegar **inconstitucionalidade de lei estadual** – e não violação de norma federal –, incorrendo, a um só tempo, em dois equívocos processuais incorrigíveis.

Constatada, portanto, a impossibilidade de reforma integral da

# *Superior Tribunal de Justiça*

inadmissão do apelo nobre.

Ante o exposto, **não conheço do Agravo em Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator